

A. I. N° - 281521.0132/02-7
AUTUADO - JOSÉ CARLOS PEREIRA MACEDO - ME
AUTUANTE - AUGUSTO CÉSAR CAMPOS DOS SANTOS
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 07. 02. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0014-04/03

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, RELACIONADAS NA PORTARIA N° 270/93. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Com relação às mercadorias arroladas na Portaria n° 270/93, o imposto deverá ser pago, por antecipação tributária, no momento do ingresso das mesmas no território baiano. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 04/10/02 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS no valor de R\$ 5.271,52, referente a mercadorias enquadradas na Portaria n° 270/93, procedentes de outro Estado da Federação, sem o recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária do percurso, sem que o adquirente possuísse regime especial.

O autuado apresentou defesa tempestiva e, inicialmente, explicou que ingressou com uma carga de aguardente no Estado da Bahia. Porém, por falta de combustível, o veículo deixou de passar no posto fiscal de fronteira. Quando ainda se encontrava no posto de gasolina, as mercadorias foram apreendidas e foi lavrado o Auto de Infração. Afirma que, em vão, explicou ao autuante que estava abastecendo o veículo para, em seguida, se dirigir ao posto fiscal.

Alega que é um absurdo a apreensão das mercadorias com o objetivo de exigir o pagamento do imposto, pois tem o direito de discutir a ilegalidade do lançamento no momento próprio. Cita a Súmula n° 323 do STF, a qual diz que “É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributo”. Invoca os artigos 151, IV, do Código Tributário Nacional, 5º, LV, da Constituição Federal, e 421, do RICMS-BA/97.

Prosseguindo em sua defesa, o autuando afirma que não discute o valor devido a título de ICMS, porém questiona a multa respaldada na Portaria n° 270/93, haja vista que “o Decreto Estadual usado para efetivar a respectiva Portaria no âmbito Estadual é completamente inconstitucional, uma vez que o Decreto regulamentou matéria de Lei, indo de encontro com a Lei máxima, que é a Constituição do Brasil”. Ao final, requer a dispensa da multa indicada e a expedição de novo DAE para que seja feito o pagamento do imposto.

Na informação fiscal, o autuante explica que a carreta que estava transportando as mercadorias parou no posto fiscal, do outro lado da pista. Em seguida, o motorista se dirigiu ao posto fiscal e apresentou uma nota fiscal referente a uma carga de laranjas. Assim que a carreta saiu, por desconfiar que a mesma transportava outro tipo de mercadoria, o autuante partiu em sua perseguição. Ao parar na BR 101, a carreta teve que entrar no posto de combustíveis. Após examinar a carga, o auditor fiscal constatou que a mercadoria transportada era aguardente, tendo o motorista, nessa oportunidade, apresentado as notas fiscais corretas e que estão às fls. 9 e 10.

VOTO

A mercadoria que foi objeto do Auto de Infração, aguardente, está enquadrada no regime de substituição tributária e se encontra arrolada na Portaria nº 270/93. Assim, nas aquisições interestaduais dessa mercadoria, o imposto deve ser recolhido por antecipação tributária, na entrada da mesma no território baiano, de forma espontânea e sem a imposição de multa. Porém, se o imposto não for pago no momento próprio, ele deverá ser exigido mediante Auto de Infração e com a imposição da multa prevista na lei.

No caso em lide, o autuado reconhece que o imposto cobrado é devido, contudo não aceita a multa de 60% indicada pelo autuante. Para que o pleito defensivo seja acatado, é necessário que fique provado que o contribuinte tentou efetuar espontaneamente o pagamento do imposto na entrada da mercadoria no território baiano.

Não acato a alegação de que o autuado “estava apenas abastecendo o veículo, para então seguir até o posto fiscal e efetuar o pagamento do imposto”. É que, de acordo com o relatado no Auto de Infração e no Termo de Apreensão e Ocorrências, o veículo transportador da mercadoria evadiu-se do posto fiscal sem efetuar o pagamento do imposto, sendo alcançado no posto de combustíveis, o qual está localizado após o posto fiscal.

Tendo em vista que o autuado não efetuou, espontaneamente, o pagamento do imposto devido por antecipação tributária na entrada da mercadoria no território baiano, o tributo deve ser cobrado através de Auto de Infração e com a imposição da multa prevista, além dos acréscimos legais. Dessa forma, entendo que foi correto o procedimento do autuante.

Quanto à alegada inconstitucionalidade da legislação tributária estadual, deixo de apreciar tal argumento, pois a declaração de inconstitucionalidade não se inclui entre as competências deste órgão julgador, conforme prevê o artigo 167, I, do RPAF/99.

No que tange à apreensão das mercadorias, ressalto que esse procedimento não tem por objetivo obrigar o pagamento do imposto, e sim, comprovar o cometimento da infração. Ademais, para a posterior liberação da mercadoria bastaria que o autuado fizesse a solicitação prevista na legislação tributária estadual.

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281521.0132/02-7**, lavrado contra **JOSÉ CARLOS PEREIRA MACEDO - ME.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 5.271,52**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de fevereiro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS OLIVEIRA - JULGADOR